

POLÍTICAS PÚBLICAS PELA VISÃO DE UMA PROFISSIONAL DO SUS

Taize Hollas

Rubia Maldaner Fiorini

Ana Paula Risson

Resumo

INTRODUÇÃO: Este resumo foi elaborado a partir de uma entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2017 com uma Fisioterapeuta que atua no SUS há 1 ano e 5 meses. A entrevista foi elaborada e os resultados analisados, com base nas discussões levantadas em sala de aula durante o segundo semestre de 2017 no componente curricular de Políticas Públicas e Direitos Humanos, no Curso de Psicologia. **OBJETIVO:** Refletir sobre a atuação e percepção de uma profissional do SUS, identificar os pontos positivos e negativos do seu trabalho e propiciar uma compreensão da sua importância na Saúde Pública. **METODOLOGIA:** Para a coleta dos dados foi realizada uma entrevista com questões semiestruturadas, que segundo Strieder (2009) "possuem questões-chave previamente elaboradas, podendo ser intercaladas por outras elaboradas espontaneamente". Após a coleta dos dados foi feita uma análise qualitativa das informações, que segundo Strieder (2009) "se preocupa com a utilização de diferentes técnicas interpretativas para descrever, codificar, explicar e compreender os vários componentes de um fenômeno ou problema de pesquisa sempre envolto em um sistema complexo de significados". As reflexões se deram a partir do referencial teórico que discutem o SUS. **REFLEXÕES:** A entrevistada relatou sobre sua rotina de trabalho

e do senso comum da população achar que o Fisioterapeuta é apenas um agente reabilitador. A profissional afirma que as mudanças e melhorias no setor estão diretamente relacionadas com a administração da unidade de saúde e do município e para que ocorra uma melhora é necessário a aquisição de verbas para melhor atendimento aos usuários e apoio da administração da unidade. Quanto ao cotidiano de trabalho da fisioterapeuta, ela relatou que o planejamento dos atendimentos ocorre a partir de uma avaliação previa, onde são traçados planos a curto médio e longo prazo, cada atendimento tem duração de 45 min. são atendidos em média 10 pacientes por dia, os prontuários são atualizados após os atendimentos e ficam disponíveis para acesso dos demais profissionais. As reuniões de equipe ocorrem mensalmente nela são discutidos alguns casos e repassadas informações. Quanto ao papel do Fisioterapeuta nas políticas públicas a entrevistada esclareceu que é: proporcionar uma melhor qualidade de vida aos usuários do SUS, passando a ter a possibilidade de acompanhar de forma mais completa e ser responsável pela saúde desta população. A Resolução COFFITO nº 10 de 3 de julho de 1978 que aprova o código de ética profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, define como responsabilidade fundamental do fisioterapeuta prestar assistência ao homem, participando da promoção, tratamento e recuperação de sua saúde e, como membro de uma equipe de saúde, participar de programas de assistência à comunidade, em âmbito nacional e internacional. "O fisioterapeuta está apto a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas ou eventos em saúde pública, contribuindo com o planejamento, a investigação e os estudos epidemiológicos; participar de câmaras técnicas de padronização de procedimentos em saúde coletiva; avaliar a qualidade, a eficácia e os riscos à saúde decorrentes de equipamentos de uso fisioterapêutico" (BARBOSA et al. 2010). Segundo a Fisioterapeuta, os pontos positivos em trabalhar no SUS é ter mais facilidade em trabalhar em consonância com outros profissionais, também com os médicos e enfermeiros, maior atendimento e acompanhamento dos casos. "O NASF é uma equipe composta por

profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que atuam em parceria com os profissionais das ESF, compartilhando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade delas, agindo diretamente no apoio às equipes e na assistência à população das unidades em que o NASF está cadastrado" (BARBOSA et al. 2010). A Fisioterapeuta enumerou alguns projetos/programas que são executados com êxito no SUS como: a Academia de saúde, NASF, grupo de gestantes, grupo de hipertensos, grupo de tabagismo, grupo de hidroterapia e os grupos de idosos. Já os pontos negativos são a falta de investimento na compra de materiais necessário para a realização dos atendimentos, espaços reduzidos, alta demanda de atendimento. A inserção desse profissional no serviço torna-se viável com a criação do NASF, porém, também um desafio, uma vez que a Portaria do NASF deixa a critério do gestor a inclusão ou não desse especialista. Por isso, tornou-se preciso a organização das práticas profissionais em todas as ações de sua responsabilidade para assistência às ESF (BARBOSA et al. 2010). A entrevistada foi uma fisioterapeuta do NASF, que se formou e logo conseguiu emprego na área profissional que hoje está atuando no cargo. Segundo ela, a demanda é de grande proporção, e muitas vezes os materiais para desenvolver o trabalho são escassos. A profissional relatou ainda que apesar dos atenuantes da sua profissão no SUS, ela consegue auto realização em seu trabalho e atende da melhor forma que pode os seus pacientes voltando toda a sua atenção ao bem-estar e a saúde dele. Afirma que para ter sucesso na profissão em primeiro lugar deve-se amar o que faz e se sentir bem ajudando as pessoas. Fazendo uma relação do seu trabalho com os Direitos Humanos a Fisioterapeuta comentou que a saúde é um direito de todos, portanto ter acesso ao tratamento adequado se faz necessário, é dever do profissional da saúde sanar esta necessidade, buscando sempre fazer o melhor para o usuário com eficiência e qualidade de serviço. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A criação e a implantação gradativa do Sistema Único de Saúde (SUS) podem vir a ser consideradas como uma das reformas sociais mais importantes realizadas pelo Brasil na última década do século XX e nos primeiros anos do século atual. Assim, as atribuições desses profissionais perpassam desde as

ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e assistência à reabilitação, até tratamentos específicos. Diante deste cenário constatou-se que o trabalho do Fisioterapeuta muitas vezes não é valorizado como deveria ser, e por mais difícil que seja o seu acesso, a população tem o direito de utilizar os seus serviços na saúde pública, gratuitamente. Mesmo com os obstáculos, muitos desafios já foram vencidos e há muitos objetivos ainda a serem alcançados. Na prática o atendimento por especialistas pode demorar, o que pode acabar agravando o tratamento do paciente e causa a piora do quadro clínico. Desta forma percebe-se a necessidade de maiores incentivos públicos e financeiros para que os atendimentos realizados sejam com maior qualidade. Apesar das dificuldades encontradas pela profissão na Saúde Pública, o fisioterapeuta vem adquirindo crescente importância nos serviços de Atenção Básica à Saúde.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Erika Guerrieri; FERREIRA, Dircilene Leite Santos; FURBINO, Sheila Aparecida Ribeiro; RIBEIRO, Elice Eliane Nobre. Experiência da fisioterapia no Núcleo de Apoio à Saúde da Família em Governador Valadares, MG. *Fisioter. mov.* (Impr.), Curitiba, v. 23, n. 2, p. 323-330, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

DE FISIOTERAPIA, Conselho Federal. Resolução COFFITO-10, de 3 de julho de 1978. Aprova o código de ética profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Brasília: Diário Oficial da União, p. 5265-5268, 1978.

STRIEDER, Roque. Diretrizes para elaboração de projeto de pesquisa. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009.

E-mail: taize.hollas@unoesc.edu.br / rubiamf@outlook.com /
ana.risson@unoesc.edu.br

